



# Gastos com material escolar impactam orçamento de 85% das famílias

**Pé-de-Meia encerra 2024 com quase 4 milhões de beneficiados**

Página 4

**Fies terá mais de 112 mil novas vagas em 2025**

Página 6

As famílias brasileiras gastaram R\$ 49,3 bilhões com materiais escolares em 2024, o que representou um aumento de 43,7% ao longo dos últimos quatro anos. O valor é uma estimativa de pesquisa inédita do Instituto Locomotiva e QuestionPro. O levantamento mostra que essas compras impactam o orçamento de 85% das famílias brasileiras com filhos em idade escolar e que um a cada três compradores pretende parcelar para poder dar conta das despesas para o ano letivo de 2025.

Ao todo, foram realizadas 1.461 entrevistas com homens e mulheres com mais de 18 anos em todo o país. Os questionários foram aplicados entre 2 e 4 de dezembro. O estudo mostra que a

maioria dos pais e responsáveis de estudantes tanto da rede pública quanto da rede privada disseram que comprarão materiais escolares para o ano letivo de 2025: 90% daqueles com filhos em escolas públicas e 96% daqueles com filhos em estabelecimentos privados.

A maior parte das famílias escolares solicitadas pelas escolas (87%), seguido de uniformes (72%) e livros didáticos (71%).

Os pesquisadores estimam que os valores gastos com materiais escolares aumentaram ao longo dos últimos anos, passando de um montante nacional de R\$ 34,3 bilhões em 2021 para os atuais R\$ 49,3 bilhões. **Página 3**

**Número de celulares furtados cai 53% no Réveillon da Paulista**

O Réveillon da Avenida Paulista, realizado entre a terça-feira (31) e a manhã de quarta-feira (1º), teve 33 registros de furtos de celulares, mostram dados da Secretaria de Segurança Pública do Governo de São Paulo. O número é 53% menor que no ano anterior, quando foram 70 furtos.

A redução se deve a ampliação da segurança durante a tradicional festa da virada de ano. Mais de 1,1 mil policiais militares foram empenhados para garantir a ordem pública e aumentar a sensação de segurança dos participantes.

A operação também contou com pelo menos 151 viaturas, um helicóptero, drones e diversas torres de observação. Equipamentos de unidades especializadas como os Comandos de Policiamento de Trânsito, de Aviação e de Choque, além do Corpo de Bombeiros e do Centro de Operações da PM.

**Itamaraty divulga nota de repúdio ao ataque de Nova Orleans**

O governo brasileiro divulgou nota de repúdio sobre o atropelamento que deixou pelo menos 15 pessoas mortas e mais de 30 feridas em Nova Orleans, no estado de Lousiana, nos Estados Unidos. O Itamaraty reforça que repudia qualquer ato de violência cometido sob qualquer pretexto e expressa solidariedade às famílias das vítimas.

O ataque ocorreu na quarta-feira (1º), quando um ex-militar norte-americano atirou uma caminhonete contra uma multidão que celebrava o Ano Novo na Bourbon Street. O incidente ocorreu às 3h15 (horário local) perto do cruzamento das ruas Canal e Bourbon, um destino turístico histórico no Bairro Francês da cidade, conhecido por atrair grandes multidões com sua música e bares.

De acordo com informações da Reuters, uma bandeira do Estado Islâmico foi encontrada no veículo, o que levou a uma investigação sobre possíveis ligações com organizações terroristas, informou o FBI em um comunicado. O FBI disse que o veículo parecia ter sido alugado. (Agência Brasil)

**Aumenta em 25% o número de pessoas em situação de rua no país**



Foto: Arquivo/ABF

Página 6

**Brics têm mais de 40% da população e 37% do PIB mundiais**

Página 3

**Prefeitura de SP apresenta ações prioritárias para começo de gestão**

Página 2

**Aplicativo Receita Saúde passa a ser obrigatório**

Página 4

## Esporte

# Brasil luta por vitória inédita no Rally Dakar

Pela primeira vez nos 47 anos da competição, o Brasil conta com um piloto listado entre os favoritos para a vitória geral de uma edição do lendário Dakar Rally. A prova se inicia nesta sexta-feira (3) com a realização do prólogo, disputa curta (29km) e cronometrada que define a ordem de largada do primeiro dos 13 dias da corrida que será encerrada em 17 de janeiro, com o percurso total de 7.753km (5.145km cronometrados) inteiramente realizado nos desertos da Arábia Saudita. Apesar de relativamente novo no cenário internacional, o brasileiro Lucas Moraes é desde o começo de 2024 o líder da equipe Toyota Gazoo Racing (TGR), time japonês que é um dos principais do esporte mundial e que após uma intensa preparação chega ao Oriente Médio decidido a conquistar o título.

A prova deste ano envolverá 70 nacionalidades diferentes, incluindo membros das equipes. Com 807 competidores entre pilotos e navegadores, divididos em 439 veículos de várias categorias, a vitória na classificação geral é a mais cobiçada e valorizada do Dakar. Com 63 bólidos construídos especialmente para a prova por grandes especialistas mun-



Lucas lidera a equipe Toyota Gazoo Racing no Dakar

Foto: Aten Milavec

diais, a categoria Ultimate, disputada por carros, é considerada a "Fórmula 1" do rally.

**Equilíbrio inédito** – Em 2025, a Ultimate exibe um equilíbrio notável – e considerado inédito. Há cerca de 20 competidores listados como potenciais vencedores, o que inclui o Toyota GR DKR Hilux EVO do brasileiro Lucas Moraes, que pelo segundo ano consecutivo terá navegação do espanhol Armand Monleón. Outras fábricas, como Ford, Dacia (do Grupo Renault) e Mini, além de

construtores especializados em tecnologia de rally, também tentarão o primeiro lugar da Ultimate neste Dakar.

Em sua terceira participação no maior desafio do esporte mundial, Lucas Moraes acredita que a primeira semana de corrida será decisiva. "Eu acho que nesta edição do Dakar a gestão de pneus será o mais importante. É uma corrida de milhares de quilômetros e saber poupá-los será decisivo", define ele. "Embora não conheçamos o roteiro, sabemos

que teremos muitos quilômetros de trechos de piso de pedra, que literalmente "comem" rapidamente a borracha e destroem os pneus. Por regulamento, cada carro pode levar dois pneus reserva e é comum no Dakar nem eles darem conta. Eu acho que os trechos de pedra poderão definir a briga pela liderança ainda mais do que a parte das dunas. Especialmente nessa edição, isso vai embaralhar muito a classificação da corrida ao final de cada dia", comentou o brasileiro,

que conta com apoio de Red Bull, Repsol, Strava, Oakley, Zapalla e OutField.

**Rápida ascensão** – Lucas Moraes teve uma rápida ascensão no cenário mundial. O brasileiro estreou no Dakar em 2023, praticamente desconhecido de equipes e pilotos internacionais, apesar ter feito boas apresentações em duas etapas isoladas do Campeonato Mundial (uma em 2022 e outra em 2023). O pódio na estreia da prova mais difícil e icônica do mundo, que segue sendo o melhor resultado de um brasileiro no Dakar até agora, colocou holofotes sobre o piloto, que recebeu sondagens de diversas equipes, sendo contratado pela TGR, sinalizando que seria uma aposta de renovação no consagrado time japonês.

Em 2024, Moraes confirmou o acerto da aposta da TGR ao novamente brigar pelo pódio e vitória no Dakar, apesar de um capotamento e da quebra da suspensão do carro, que o fez abandonar no penúltimo dos 13 dias daquela edição da corrida. Paralelamente, Moraes obteve cinco vitórias em especiais já em seu ano de estreia no Campeonato Mundial de Rally Raid, que foram decisivas para a conquista do título de construtores para a Toyota.

<b>DÓLAR</b>
Comercial
Compra: 6,17
Venda: 6,17
<b>Turismo</b>
Compra: 6,22
Venda: 6,40
<b>EURO</b>
Compra: 6,32
Venda: 6,32



# Gastos com material escolar impactam orçamento de 85% das famílias

As famílias brasileiras gastaram R\$ 49,3 bilhões com materiais escolares em 2024, o que representou um aumento de 43,7% ao longo dos últimos quatro anos. O valor é uma estimativa de pesquisa inédita do Instituto Locomotiva e QuestionPro. O levantamento mostra que essas compras impactam o orçamento de 85% das famílias brasileiras com filhos em idade escolar e que um a cada três compradores pretende parcelar para poder dar conta das despesas para o ano letivo de 2025.

Ao todo, foram realizadas 1.461 entrevistas com homens e mulheres com mais de 18 anos em todo o país. Os questionários foram aplicados entre 2 e 4 de dezembro.

O estudo mostra que a maioria dos pais e responsáveis de estudantes tanto da rede pública quanto da rede privada disseram que comprarão materiais escolares para o ano letivo de 2025: 90% daqueles com filhos em escolas públicas e 96% daqueles com fi-

lhos em estabelecimentos privados.

A maior parte das famílias precisará comprar materiais escolares solicitados pelas escolas (87%), seguido de uniformes (72%) e livros didáticos (71%).

Os pesquisadores estimam que os valores gastos com materiais escolares aumentaram ao longo dos últimos anos, passando de um montante nacional de R\$ 34,3 bilhões em 2021 para os atuais R\$ 49,3 bilhões.

“É um gasto que vem crescendo e vem aumentando também o seu peso no orçamento das famílias com filhos”, destaca o diretor de Pesquisa do Instituto Locomotiva, João Paulo Cunha.

Cunha ressalta que esse impacto ocorre tanto para famílias com filhos em escolas públicas e também nas privadas. “Muita gente acha que pais que estão com filhos em escolas públicas, por, teoricamente, ganharem o uniforme, o material, não têm nenhum gasto. Mas a realidade é

muito diferente. Praticamente todos os pais que têm filhos em escolas públicas acabam tendo que, pelo menos, complementar parte do material escolar, parte do uniforme, e acabam também tendo um peso no orçamento doméstico por conta disso.”

A estimativa é que a maior parte dos gastos se concentre na classe B, R\$ 20,3 bilhões; e na classe C, R\$ 17,3 bilhões. Juntas, elas são responsáveis por 76% dos gastos nacionais. A Região Sudeste concentra a maior porcentagem dos gastos, 46%, seguida pelo Nordeste, 28%. O menor percentual está na Região Norte, 5%.

Esses valores impactam os orçamentos de 85% das famílias com filhos em idade escolar. O impacto é maior para as famílias de classe C, em que 95% disseram que os materiais impactam o orçamento familiar. Entre todos os entrevistados, 38% disseram que têm muito impacto no orçamento e 47%, que têm algum impacto. Apenas para 15% as com-

pras de volta às aulas não têm impacto.

“Isso acaba tendo que sair de outros lugares. Cada família vai ter um arranjo diferente para conseguir ter esse tipo de gasto. Alguns vão ter que recorrer ao crédito, outros vão ter que tirar do guardado, mas o fato é que a maioria relata o peso e o impacto no orçamento doméstico”, enfatiza Cunha.

Diante dessa situação, 35% disseram que irão recorrer ao parcelamento nas compras para o ano letivo de 2025. Entre as famílias da classe C, essa porcentagem sobe para 39%. A maioria, no entanto, 65%, pretende pagar à vista. Entre as classes A e B, essa porcentagem é ainda maior, 71%.

## Materiais escolares

De acordo com a Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE), os aumentos dos custos com materiais escolares se dão principalmente por conta de fatores como inflação anual e ele-

vação nos custos de produção, além dos preços de frete marítimo, no caso dos importados, e alta do dólar. Para 2025, a entidade estima um aumento entre 5% e 9%.

Segundo o presidente Executivo da ABFIAE, Sidnei Bergamaschi, muitos itens que compõem as listas escolares são importados, como mochilas e estojos.

“Os itens que compõem a cesta, a lista escolar, vários deles são itens importados. E aí, obviamente, quando você pega um ano que tem uma taxa de dólar mais alta, quando você pega um período como, por exemplo, pós-pandemia, que o frete marítimo internacional explodiu, o mundo se tornou cinco vezes mais caro do que ele custava, tudo isso acaba tendo algum impacto de custo e que vai terminar lá sempre para o consumidor”, diz Bergamaschi.

A ABFIAE defende programas públicos para aquisição de material escolar, como o chamado Programa Material Escolar,

implementado no Distrito Federal e nos municípios de São Paulo e Foz do Iguaçu, por meio do qual o poder público oferece crédito a estudantes de escolas públicas para a aquisição dos materiais.

“Isso tem permitido que alunos da rede pública possam acessar materiais diferentes e possam também comprar somente aquilo que ele precisa e aquilo que às vezes ele não tinha acesso”, diz o presidente da entidade.

A ABFIAE defende ainda a redução de impostos cobrados para esses produtos. Segundo a entidade, em alguns itens, os tributos chegam a representar 50% do valor do produto. “Nós fizemos esse pleito na reforma tributária, que ele fosse enquadrado junto com alguns itens que foram reduzidos, porque hoje você tem, normalmente, na faixa de 40%, até mais de 40% de impostos nos itens da lista escolar. Então, isso tem um peso grande no valor final”, ressalta. (Agência Brasil)

# Brics têm mais de 40% da população e 37% do PIB mundiais

A soma dos nove países que já integram formalmente o Brics, além da Arábia Saudita, concentram mais de 40% da população global, com tendência de crescimento acima da média do planeta na próxima década. Além disso, respondem por 37% da economia mundial, segundo o critério Produto Interno Bruto (PIB) por poder de compra, de acordo com o Fórum Econômico Mundial.

Criado em 2009, o Brics originalmente reunia, além do Brasil, China, Índia e Rússia. A África do Sul foi o quinto país a ingressar, em 2011, e, no ano passado, mais cinco países aderiram ao bloco: Irã, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Arábia Saudita. Ainda em processo de confirmação, a Arábia Saudita tem participado das reuniões do grupo, segundo o Itamaraty.

## Tamanho do Brics

Os nove países que já integram oficialmente o Brics, além da Arábia Saudita, atualmente concentram mais de 40% da população global, com tendência de crescimento acima da média do planeta na próxima década. Além disso, respondem por 37% da economia mundial, segundo o critério Produto Interno Bruto (PIB) por poder de compra, de acordo com o Fórum Econômico Mundial.

Esses países detêm 26% do comércio mundial, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC). E, segundo o Mi-

nistério de Minas e Energia (MME), o grupo concentra 44% das reservas de petróleo e 53% das reservas de gás natural do planeta. Não apenas isso, hoje produzem 43% do óleo e 35% do gás do mundo.

Setenta e dois por cento das reservas mundiais de terras raras estão nesses dez territórios, assim como 70% da produção global de carvão mineral. Rússia e Brasil detêm as maiores reservas de água doce do planeta.

Em termos militares, o grupo possui pelo menos três potências nucleares (Rússia, China e Índia).

“O Brics de fato tem o peso econômico e militar acentuado, que cada vez mais vem demandando um peso político que seja à altura dos recursos que detêm”, afirma a diretora do Brics Policy Center e professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Marta Fernández.

O termo Bric, um acrônimo para os membros originais, foi criado pelo economista Jim O’Neill, em 2001, para se referir ao grupo de países que apontavam como promissores mercados emergentes no início do milênio. Em entrevistas posteriores, O’Neill disse que nunca pensou no Brics como um grupo político.

Em 2006, no entanto, os quatro membros originais se reuniram pela primeira vez às margens

da Assembleia Geral das Nações Unidas. A crise financeira mundial de 2008 daria um motivo para que o grupo decidisse se reunir anualmente para buscar uma alteração do sistema de governança global.

## Influência mundial

“Na sua origem, ficou muito claro que era uma organização informal, mas que tinha uma agenda reformista da ordem internacional. O Brics surge no contexto de uma crise dos países do Ocidente, com a crise financeira de 2008. Desde a primeira cúpula, está nas declarações a demanda por reforma da ONU, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial”, explica o professor do Núcleo de Estudos dos Países Brics da Universidade Federal Fluminense (UFF), Evandro Carvalho.

Nesse contexto de crise econômica, surgido em um modelo econômico e político liderado pelos países ocidentais (Estados Unidos e União Europeia), os Brics passam a demandar mais influência nos destinos do mundo.

“Esses países entendiam que eles tinham peso subdimensionado na governança internacional seja na presença nas organizações internacionais, seja na definição dos rumos para a economia internacional”, ressalta o diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Pau-

lo (USP), Pedro Dallari.

Na esteira das críticas à gestão dos grandes bancos internacionais, os Brics criaram, em 2014, sua própria instituição financeira, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), que apoia projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. “Ao criar uma organização internacional, o Brics mostrou sua capacidade de realização numa frente importantíssima”, diz Carvalho.

Além disso, como uma forma de reduzir a dependência em relação ao dólar, a moeda dos Estados Unidos, nas negociações comerciais internacionais, o Brics defende o uso de moedas locais no comércio entre seus integrantes.

“O Brics está, de alguma forma, gerando preocupações nos Estados Unidos, em relação à manutenção do dólar como moeda de referência, hegemônica. Não que o Brics tenha qualquer pretensão de substituir o dólar. A ideia é que o Brics quer ter o direito de comercializar em diferentes moedas. Isso tem a ver com a construção de um mundo multipolar, onde há vários centros de poder”, explica Marta.

## Limitações

Segundo Dallari, fora da discussão da reforma da governança global, há pouca convergência entre os países do grupo, uma vez que têm interesses comerciais e valores ideológicos muito

diferentes.

“O Brics é um foro de concertação de posições. O Brics cumpre muito mais no sentido de um arranjo para um interesse geopolítico e de fortalecimento do multilateralismo do que propriamente pelos resultados efetivos que venha a ter como um bloco ‘econômico’”.

Além disso, Dallari diz que também há divergências em relação a grandes temas globais, como as guerras no Oriente Médio e na Ucrânia, o aquecimento global ou mesmo na contenção de pandemias, como a de covid-19.

“De maneira nenhuma, o Brics pode ser visto como um bloco capaz de atuar de maneira coesa nos grandes temas do nosso tempo, até porque, em muitos desses temas, esses países se contrapõem, são antagonistas”, destaca o professor da USP. “Fora esse desejo mais abstrato de reforma do multilateralismo, eu vejo muito pouca efetividade hoje na ação do Brics”.

Evandro Carvalho acrescenta que, no comércio internacional, por exemplo, alguns são inclusive competidores em algumas áreas. Ele destaca também que mesmo sendo apenas um grupo informal, o Brics carece de uma estrutura institucional míni-

ma, como uma secretaria executiva, que pudesse dar mais transparência e concentrasse as iniciativas do grupo.

“Se você quer procurar informações sobre uma iniciativa qualquer do Brics, não há sequer um website que concentre isso. Você só vai encontrar nos sites das cúpulas do ano passado, do ano anterior. Não tem um website do Brics que contenha informações, e-mails, como acessar as informações, a quem a gente recorre se quisermos alguma informação para uma pesquisa, para uma entrevista”.

Apesar das limitações do grupo informal, Marta Fernández acredita que o Brics tenha uma força “material, em termos recursos, de população, de minerais críticos, de produção de petróleo, mas cada vez mais também tem uma força muito simbólica, porque, de alguma forma, vem representando uma alternativa à forma de organizar o mundo, de organizar governança global, muito a partir da ideia do sul global”.

“O Brics se tornou quase como um porta-voz ou a maior voz para o sul global, dentro dessa função de reorganização da ordem global”, complementa Carvalho. (Agência Brasil)

# Não é verdade que estatais tiveram déficit recorde, diz ministro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou na segunda-feira (30) que as estatais tenham registrado um déficit recorde. Ele abordou o assunto horas após o Banco Central divulgar um levantamento que apontou déficit de R\$ 6,04 bilhões de janeiro a novembro deste ano, envolvendo 13 empresas estatais não dependentes do Tesouro. É o maior valor para o período já apurado na série histórica, iniciada em 2002.

Haddad recomendou que fossem observados os esclarecimentos prestados pelo Ministério Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). Ele contestou a afirmação de que as empresas registraram déficit. “Não é verdade. Às vezes, a contabilidade das estatais não é a mesma da contabilidade pública. Então, quando você faz investimento, às vezes aparece como déficit, o que não é”,

afirmou Haddad.

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, já havia defendido que a avaliação da saúde financeira das empresas estatais fosse feita com base na contabilidade empresarial. Para ela, a metodologia usada pelo Banco Central não é mais adequada para uma melhor compreensão do cenário.

“O resultado do Banco Central é apurado mensalmente, e ele leva em consideração apenas as receitas e despesas naquele ano”, disse a ministra, também na segunda-feira (30), durante apresentação das linhas gerais da nova Medida Provisória (MP) que trata de salários de servidores federais, carreiras e cargos. De acordo com Dweck, muitas empresas têm feito investimentos com recursos acumulados de anos anteriores que estavam em caixa e, dessa forma, o déficit apu-

rado não configura prejuízo.

A ministra ressaltou que, das 13 empresas listadas na apuração do Banco Central, nove delas registraram lucro. Ela cita que, em função disso, houve inclusive o pagamento de altos dividendos aos acionistas.

“Estatais devem ser avaliadas pelo resultado da contabilidade empresarial. Na contabilidade empresarial, aí sim, você considera quando ela realiza o investimento. Esse gasto é diferido no tempo, porque ele tem um tempo de amortização. Ele não entra como uma despesa cheia no ano.”

Segundo Dweck, algumas dessas empresas estatais receberam aportes do Tesouro em 2019 ou 2020, o que teria gerado um superávit na conta delas nesses anos. Os recursos, no entanto, teriam ficado em caixa. Isso porque durante o governo de Jair Bolsonaro di-

versas estatais foram incluídas no Plano Nacional de Desestatização. Consequentemente, passaram a ter restrições para realizar investimentos.

“Quando as retiramos do Plano Nacional da Desestatização, as empresas puderam voltar a realizar despesas com investimento. Isso gera, do ponto de vista contábil da contabilidade pública, um resultado de déficit. Mas não significa que elas tenham prejuízo.”

Dweck admitiu, no entanto, que há três estatais que registraram prejuízo. Entre elas, citou os Correios.

“É importante entender que o governo está muito atento à saúde financeira das empresas estatais. Não à toa, o presidente Lula assinou recentemente o decreto para gente discutir a reestruturação de empresas estatais para que possamos melhorar a saúde financeira delas.” (Agência Brasil)

## Salário-mínimo passa para R\$ 1.518 a partir desta semana

O Brasil tem desde a quarta-feira (1º de janeiro) um novo valor de R\$ 1.518 para o salário-mínimo, o que representa aumento de R\$ 106 em relação a 2024 (R\$ 1.412). Segundo o governo federal, o novo valor incorpora a reposição de 4,84% em inflação de 12 meses apurada em novembro do ano passado (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e mais 2,5% de ganho real.

O reajuste está de acordo com a nova regra aprovada pelo Congresso Nacional que condiciona a atualização do salário-mínimo aos limites definidos pelo novo arcabouço fiscal. Por essa nova norma - válida entre 2025 e 2030 - o salário-mínimo terá ganho real de 0,6% a 2,5%.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Diecee), pela regra anterior o reajuste deveria ser a reposição da inflação mais 3,2% (variação do Produto Interno Bruto em 2023).

O reajuste menor vai afetar a remuneração de 59 milhões pessoas que têm o rendimento ligado ao valor do salário-mínimo, como empregados formais, trabalhadores domésticos, empregadores, trabalhadores por

conta própria e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O valor do salário-mínimo tem impacto direto em despesas do governo federal como os pagamentos das pessoas aposentadas ou pensionistas, cerca de 19 milhões; de quem tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), mais de 4,7 milhões; dos trabalhadores com carteira dispensados do serviço, cerca de 7,35 milhões que acionaram o seguro-desemprego (dado de julho de 2024); e os trabalhadores que têm direito ao abono salarial (PIS-Pasep), cerca de 240 mil pessoas no ano passado.

A empresa Tendências Consultoria, de São Paulo, estima que a nova política de reajuste de salário-mínimo vai gerar R\$ 110 bilhões de economia dos gastos públicos até 2030, sendo que R\$ 2 bilhões são previstos em 2025.

Entre 2003 e 2017, o salário-mínimo teve 77% de ganho real (acima da inflação). Essa política de reajuste ficou interrompida entre 2018 e 2022. O salário-mínimo no Brasil foi criado em 1936, durante o governo do ex-presidente Getúlio Vargas. (Agência Brasil)

# Pé-de-Meia encerra 2024 com quase 4 milhões de beneficiados

Lançado no início de 2024, o programa federal Pé-de-Meia fechou o ano com mais de 3,9 milhões de estudantes beneficiados. O programa oferece incentivo financeiro e educacional para estudantes do ensino médio de escolas públicas que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Ao todo, o estudante pode receber, em todo o ensino médio, um total de R\$ 9,2 mil.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), dada a escala do incentivo e o público beneficiado, o Pé-de-Meia é atualmente a maior política de combate à desigualdade social do país, depois do Bolsa Família. O programa conta com investimento anual de R\$ 12,5 bilhões.

Em números absolutos, o estado de São Paulo concentra a maior quantidade de beneficiados, 538.604, seguido pela Bahia, com 410.639 e Minas Gerais, com 351.666.

O programa foi lançado como incentivo para que os estudantes concluam o ensino médio. O Censo Escolar de 2023 mostrou que a etapa concentra a maior taxa de repetência, 3,9%, de toda a educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio. A etapa também tem a maior evasão, 5,9% dos estudantes deixam os estudos.

Os dados mostram ainda que as populações mais vulneráveis são as mais impactadas. A educação quilombola registrou a maior taxa de repetência no ensi-

no médio, 11,9%, seguida pela educação indígena, com 10,7%, a rural, com 5,2% e a especial, com 3,9%. Os dados são referentes a 2020 e 2021.

Em relação à evasão, esses percentuais foram 4,6% na educação quilombola, 5,2% na indígena, 5,9% na rural e 6,2% na educação especial.

Entre os principais motivos para abandonar os estudos está a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar. Segundo o estudo *Educação brasileira em 2022 – A voz de adolescentes*, realizada pelo Intelectual em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 48% dos adolescentes entrevistados deixaram

de estudar porque precisavam trabalhar.

Em seguida, 30% disseram não mais frequentar a escola por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades passadas pelos professores.

Em fevereiro, na divulgação dos dados do Censo Escolar, o ministro da Educação, Camilo Santana, justificou o programa Pé-de-Meia: “Não podemos deixar ninguém para trás! O Pé-de-Meia complementa uma série de iniciativas do governo federal para tornar a escola mais atrativa”.

Segundo o ministro, o programa soma-se a um conjunto de iniciativas da pasta para promover “uma educação à qual todos tenham acesso e na qual todos

permaneçam na escola, com qualidade e sem as desigualdades existentes”.

Pé-de-Meia em valores

O Pé-de-Meia é destinado a estudantes do ensino médio do curso regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para participar do programa, o estudante deve ser integrante de uma família inscrita no CadÚnico e ter renda por pessoa mensal de até meio salário-mínimo.

Ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe o pagamento de incentivo mensal de R\$ 200, que pode ser sacado em qualquer momento. O aluno também recebe depósitos de R\$ 1 mil ao fim de cada ano letivo concluído com aprovação, que

ficarão como uma poupança e poderão ser sacados após a formatura no ensino médio.

Além disso, recebe um adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Se somadas todas as parcelas do incentivo, os depósitos anuais e o adicional do Enem, os valores chegam a R\$ 9,2 mil por aluno.

A adesão dos estudantes ocorre por meio de termo de compromisso assinado por redes de ensino federais, estaduais, distrital e municipais que oferecem o ensino médio e informam os dados dos estudantes ao Ministério da Educação (MEC), por meio de sistema informatizado. (Agência Brasil)

# Paraná antecipa orçamento para executar investimento recorde de 2025

O Exercício Orçamentário do Paraná vai começar antes do previsto em 2025. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) anunciou a antecipação do início da execução do Exercício 2025 já para a quinta-feira (02), permitindo que os órgãos estaduais e demais Poderes possam empenhar as primeiras despesas do ano a partir do dia 06 de janeiro.

Essa é a primeira vez que a pasta realiza esse tipo de antecipação. Tradicionalmente, a abertura da execução do exercício or-

çamentário acontece na segunda quinzena do mês. Segundo o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, a medida é uma forma de dar mais celeridade a esses empenhos, atendendo não apenas aos órgãos e Poderes, mas à própria população.

“O Paraná não tem tempo a perder e, por isso, antecipamos o início da execução orçamentária de 2025 para o primeiro dia útil do ano. O Estado se mostra presente, eficiente e ativo para fazer chegar esse orçamento recorde

ao cidadão”, afirma Ortigara. “A Secretaria da Fazenda não mediu esforços para fazer isso acontecer”.

Como apontado pelo secretário, o orçamento estadual de 2025 será o maior de todos os tempos. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) sancionada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior em dezembro, o Paraná terá uma receita total de 78,6 bilhões, da qual deve destinar R\$ 6,3 bilhões apenas para investimentos — valor qua-

se 60% maior do que em 2024. Além disso, o texto prevê R\$ 40,6 bilhões em despesas com pessoal e encargos e R\$ 23,6 bilhões de outras despesas correntes.

Assim, a antecipação do exercício orçamentário para o dia 2 de janeiro vai permitir que os órgãos estaduais e demais Poderes deem início à execução dessas despesas planejadas.

Outro destaque deste início antecipado da execução orçamentária é que ela acontece já

dentro de dois dispositivos adotados pela Sefaz para garantir mais transparência, celeridade e eficiência a todas essas despesas.

A primeira delas é o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), que integra diferentes módulos e sistemas da administração pública, além de certificar digitalmente os processos internos. O sistema passou a operar em 2024 e, em seu primeiro ano de atividade,

apresentou avanços significativos na eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Outro ponto é o Decreto Nº 5.919, também de 2024, que estabelece um limite para o acréscimo anual para os “gastos do dia a dia” do serviço público. Assinado em agosto, o exercício orçamentário de 2025 será o primeiro a operar inteiramente sob essas novas regras, ou seja, otimizando o direcionamento do orçamento para onde ele é essencial. (AENPR)

# Corregedoria investigará policial civil acusado de ameaçar Natuza Nery

A Polícia Civil de São Paulo instaurou um inquérito para investigar um policial civil que ameaçou a jornalista e apresentadora Natuza Nery, da GloboNews. A ameaça ocorreu na noite da última segunda-feira (30) enquanto ela fazia compras em um supermercado em Pinheiros, zona oeste da capital paulista.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Pau-

lo, após o ataque e ameaças, a jornalista acionou a Polícia Militar por meio do 190 e ela e o agressor foram conduzidos até o 14º Distrito Policial para o registro de ocorrência.

Por envolver um policial civil, a Corregedoria de Polícia Civil assumiu as investigações do caso e vai apurar a conduta do agente, que já foi afastado de suas atividades operacionais.

Por meio de suas redes so-

ciais, o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, manifestou solidariedade à jornalista Natuza Nery, que sofreu um ataque recente de um agente do Estado. “As autoridades de São Paulo devem agir rapidamente para investigar e responsabilizar o agressor. A liberdade de expressão e o trabalho dos jornalistas são essenciais para a democracia. Quando um profis-

sional de imprensa é agredido, todos perdem”, escreveu.

O caso também gerou manifestação pública do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Em sua rede social, ele postou que o “ataque sofrido por Natuza Nery, em razão do simples exercício diário de seu ofício, exige pronta resposta do poder público, em especial dos órgãos de persecução penal. É de nos-

sa manutenção na pauta civilizatória que estamos a tratar. As democracias dependem do jornalismo profissional; sem ele, não há liberdade de informação e, por conseguinte, liberdade de expressão”.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, relatou que o policial civil que agrediu e ameaçou a jornalista já havia atacado as urnas eletrônicas e defendido um golpe contra a de-

mocracia. “Ao encontrá-la num mercado ele proferiu: ‘pessoas como você merecem ser aniquiladas’. Covarde! Não faria isso se não fosse uma mulher”, ressaltou o ministro, no X.

A Transparência Internacional também se manifestou em solidariedade à jornalista, dizendo repudiar “qualquer forma de hostilidade contra o exercício do jornalismo”. (Agência Brasil)

# Eleitores que não votaram devem justificar ausência até 7 de janeiro

O prazo para que o eleitor que não votou no segundo turno das eleições municipais de 2024 justifique a ausência terminará na próxima terça-feira (7). O segundo turno do pleito ocorreu em 27 de outubro, em 51 municípios do país, sendo 15 capitais.

A justificativa vale para quem tem a obrigação de votar, porém não compareceu às urnas. No Brasil, o voto é obrigatório para maiores de 18 anos e é facultativo para pessoas com idade entre 16 e 18 anos, maiores de 70 anos e também para analfabetos.

Cada turno eleitoral é considerado uma eleição independente pela justiça eleitoral, para efeito de comparecimento. Por isso, o eleitor deverá justificar separada-

mente o não-comparecimento em cada um dos turnos.

A justificativa pós-eleição pode ser feita presencialmente, no cartório eleitoral, ou online por meio do aplicativo para smartphones, o e-Título da Justiça Eleitoral ou pela internet.

O eleitor que estiver com o título eleitoral regular ou o mesmo suspenso poderá justificar a falta pelo e-Título. No app, o eleitor faltoso deve acessar o link ‘Mais opções’, selecionar o local do pedido de justificativa de ausência e preencher o formulário com os dados solicitados.

Então, será gerado um código de protocolo para que a pessoa possa acompanhar o andamento da solicitação. O requerimento

será transmitido à zona eleitoral responsável pelo título de eleitor para a devida análise. Após a decisão sobre a aceitação ou não da justificativa, o cidadão será notificado.

Outro modo de justificar a ausência ao pleito é pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na página eletrônica de Autoatendimento Eleitoral. É preciso informar o número do título eleitoral, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou o nome, a data de nascimento e o nome da mãe (caso conste). O internauta poderá acompanhar o andamento do pedido encaminhado à Justiça Eleitoral no mesmo endereço virtual.

Os dados informados devem coincidir com os do cadastro eleitoral. Se o sistema não reconhe-

cer os dados digitados, o eleitor deverá contatar a zona eleitoral responsável pelo título para esclarecimentos.

E se o eleitor preferir justificar a ausência ao pleito presencialmente, deverá se dirigir ao cartório eleitoral mais próximo, preencher o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral (pós-eleição) e entregá-lo no ou enviá-lo via postal à autoridade judiciária da zona eleitoral responsável pelo título. Assim que for aceita, a justificativa será registrada no histórico do título de eleitor.

A ausência injustificada às urnas resulta em sanções ao eleitor que faltou às eleições municipais.

Entre elas, está o pagamento da multa de R\$ 35,13 imposta pela

Justiça Eleitoral.

De acordo com a resolução-TSE 23.659/2021, o cidadão que declarar estado de pobreza ficará isento do pagamento da multa por ausência às urnas.

Após 7 de janeiro, na página Quitação de Multas, os eleitores podem consultar seus débitos e emitir a Guia de Recolhimento da União (GRU) para quitação de multas eleitorais decorrentes de ausência às urnas e/ou aos trabalhos eleitorais.

Além da multa, quem não compareceu à seção eleitoral no segundo turno do pleito de 2024 e não justificou a ausência ficará impedido de tirar o passaporte e a carteira de identidade; renovar matrícula em estabelecimento de

ensino oficial ou fiscalizado pelo governo; inscrever-se em concurso público e tomar posse em cargo público; receber remuneração em função pública, entre outras restrições.

No caso de o eleitor ter feito o pedido de justificativa de ausência a um dos turnos da eleição municipal de 2024 e a motivação não ser aceita pelo juízo eleitoral, será arbitrado o valor da multa pelo magistrado da justiça eleitoral.

Se o título estiver na situação de “cancelado”, devido a três ausências consecutivas injustificadas às eleições, além de pagar as multas devidas, é necessário solicitar uma revisão ou uma transferência de domicílio para regularizar a situação. (Agência Brasil)

# Aplicativo Receita Saúde passa a ser obrigatório

A partir da quarta-feira (1º), os profissionais de saúde pessoas físicas deverão dispensar o papel e poderão emitir recibos apenas por meio do aplicativo Receita Saúde. A ferramenta, que promete reduzir a sonegação e o número de declarações do Imposto de Renda na malha fina, passa a ser obrigatória em 2025.

Utilizado por médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas

ocupacionais, o aplicativo está disponível desde abril do ano passado, mas o uso era facultativo. Segundo a Receita Federal, mais de 380 mil recibos tinham sido emitidos até o início de dezembro, totalizando mais de R\$ 215 milhões em valores de serviços de saúde.

O aplicativo carregará automaticamente os recibos emitidos em 2024 com receita na declaração do profissional de saúde e

como despesas a serem deduzidas na declaração pré-preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física em 2025. Os recibos emitidos em 2025 serão automaticamente incorporados à declaração de 2026.

Apenas médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais com registro ativo em seus conselhos profissionais podem emitir recibos por meio do Receita Saúde. O Fisco esclarece que a

ferramenta não se aplica aos prestadores de saúde pessoas jurídicas, que informam os dados por meio da Declaração de Serviços Médicos de Saúde (Dmed).

De acordo com a Receita Federal, a obrigatoriedade do aplicativo deve reduzir significativamente o número de declarações do Imposto de Renda em malha fina. Em 2024, os problemas relativos a gastos médicos foram responsáveis

por 51,6% do total de motivos para a retenção de 1,47 milhão de declarações.

Disponível nas lojas de aplicativos dos sistemas iOS (da Apple) e Android, o Receita Saúde deve ser baixado pelas pessoas físicas que exercem atividades ligadas à saúde registradas nos respectivos conselhos profissionais

O recibo deve ser emitido no momento do pagamento da prestação do serviço. Caso haja mais

de um pagamento relativo a uma mesma prestação de serviços, deverá ser emitido um recibo para cada pagamento realizado. Em caso de erro no recibo, o documento digital pode ser cancelado até dez dias após a data da emissão.

A Receita Federal elaborou um manual com as principais perguntas e respostas relativas à utilização do aplicativo. (Agência Brasil)



# Cidade do Rio cria comitê preparatório para Cúpula do Brics

O Rio de Janeiro sedia, em julho, o encontro de cúpula dos Brics, mas a cidade já está sendo preparada para receber o principal fórum de articulação política do Sul Global. A prefeitura criou, inclusive, o Comitê Rio Brics para coordenar todas as atividades e projetos relacionados à presidência brasileira do grupo e elaborar um calendário de eventos ao longo do ano.

O decreto de criação do comitê ressalta que a capital fluminense tem experiência em realizar eventos internacionais de grande porte, em cooperação com organismos internacionais, a sociedade civil e outras esferas polí-

tica do país, a exemplo da Rio+20, dos Jogos Olímpicos de 2016 e a Cúpula do G20, realizada no ano passado.

O documento diz ainda que a Cúpula do Brics consolida o Rio, enquanto capital brasileira de eventos internacionais estratégicos, para o avanço da diplomacia e das relações internacionais. O texto determina que, em até 60 dias, o comitê deve divulgar a nova marca comemorativa "Rio Capital dos Brics", semelhante ao slogan "Rio Capital do G20" utilizado em 2024.

Além disso, já prevê a possibilidade de apoio institucional e financeiro para projetos e even-



Foto: Tomaz Silva/ABr

tos relevantes realizados por pessoas jurídicas de direito público, organizações internacio-

Assim como foi feito no âmbito do G20 em 2024, este ano, o Brasil é responsável por organizar e coordenar reuniões de grupos de trabalho temáticos, antes do encontro dos chefes de Estado do Brics. Mais de 100 reuniões oficiais já estão previstas entre fevereiro e julho deste ano, mas todas em Brasília. Por enquanto, apenas o encontro de Cúpula está confirmado para ocorrer no Rio de Janeiro.

Além do Brasil, o bloco é composto originalmente pela Rússia, Índia, China e África do Sul, o que explica a sigla Brics, composta pelas iniciais de cada país. Mas, recentemente, novos mem-

brós foram admitidos: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

O Brasil assumiu a presidência rotativa do Grupo na quarta-feira (1º), escolhendo o lema "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável" e cinco prioridades: facilitação do comércio e dos investimentos entre os países; governança inclusiva e responsável da Inteligência Artificial; melhorias no financiamento para enfrentar as mudanças climáticas; maior cooperação entre os países do Sul Global, com foco em saúde pública; e fortalecimento institucional do grupo. (Agência Brasil)

## Fies terá mais de 112 mil novas vagas em 2025

O Ministério da Educação (MEC) informou na quinta-feira (2) que vai ofertar 112.168 novas vagas para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ao longo de 2025, sendo 67.301 vagas no primeiro semestre e 44.867 vagas no segundo semestre.

"A medida foi regulamentada pela Resolução CG-Fies nº 61/2024, publicada na terça-feira, 31 de dezembro, pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies)", destacou a pasta, em nota.

A resolução, de acordo com o ministério, também antecipa a oferta de vagas semelhantes para o Fies para os anos de 2026 e 2027, conforme previsto no plano trienal.

### Entenda

O fundo foi instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. O objetivo é conceder financiamento a estudantes de cursos de graduação em instituições de educação superior

privadas aderentes ao programa e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Desde 2018, segundo o MEC, o Fies possibilita juros zero e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato.

### Fies Social

Em 2024, a pasta lançou o Fies Social, que reserva 50% das vagas a candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo.

A nova modalidade permite financiamento de até 100% dos encargos educacionais, além de reservar cotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. No primeiro semestre de 2024, 39.419 estudantes migraram do Fies para o Fies Social. (Agência Brasil)

## Aumenta em 25% o número de pessoas em situação de rua no país

O número de pessoas vivendo em situação de rua em todo o Brasil aumentou aproximadamente 25%. Se em dezembro de 2023 havia 261.653 pessoas nesta situação, esse número chegou a 327.925 no final do ano passado. A informação é do levantamento mais recente divulgado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/POLOS-UFGM). O número apurado em dezembro de 2024 é 14 vezes superior ao registrado onze anos atrás, quando haviam 22.922 pessoas vivendo nas ruas no país.

O levantamento foi feito com base nos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), que reúne os beneficiários de políticas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e serve como indicativo das populações em vulnerabilidade para quantificar os repasses do governo federal aos municípios.

A Região Sudeste é onde estão concentradas 63% das pessoas em situação de rua do país,

com 204.714 pessoas, seguida da Região Nordeste, com 47.419 pessoas (14%).

Só no estado de São Paulo, que representa 43% do total da população em situação de rua do país, esse número saltou de 106.857 em dezembro de 2023 para 139.799 pessoas em dezembro do ano passado. Essa quantidade é 12 vezes superior ao que foi observado em dezembro de 2013, quando eram 10.890. Em seguida aparecem os estados do Rio de Janeiro, com 30.801, e Minas Gerais, com 30.244.

De acordo com o coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, André Luiz Freitas Dias, o aumento desta população pode ser explicado pelo fortalecimento do CadÚnico como principal registro desta situação e de acesso às políticas públicas sociais do país e também pela ausência ou insuficiência de políticas públicas estruturantes voltadas para essa população, tais como moradia, trabalho e educação.

O levantamento apontou ainda que sete em cada dez pes-

soas em situação de rua no país não terminaram o ensino fundamental e 11% encontram-se em condição de analfabetismo, dificultando o acesso das pessoas às oportunidades de trabalho geradas nas cidades.

Em entrevista à **Agência Brasil**, Robson César Correia de Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, lembrou que o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que a cidade de São Paulo conta com cerca de 590 mil imóveis particulares vazios, valor bem superior à quantidade de pessoas em situação de rua que vivem atualmente na capital paulista, em torno de 92.556, segundo o Observatório da UFGM.

Para Mendonça, se há crescimento na população em situação de rua e uma grande quantidade de moradias ociosas em todo o país, isso significa que "está faltando interesse político para resolver o problema". "Se nós temos 588 mil e

poucos prédios ociosos na cidade de São Paulo e 90 mil de população em situação de rua, isso quer dizer que se fosse feita uma reforma nesses prédios, tornando-os habitacionais, nós teríamos resolvido uma boa parte dessa demanda e tirado essas pessoas da situação de rua. Isso tornaria muito mais barata a questão da moradia do que o custeio com albergue e outras questões que o governo busca fazer para tentar solucionar o problema e que nunca consegue solucionar", defende.

Procurada pela **Agência Brasil**, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo não forneceu dados sobre a quantidade de pessoas vivendo nas ruas do estado paulista, mas informou que, no ano passado, dos cerca de R\$240 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social destinados aos municípios, foram alocados pelas gestões municipais cerca de R\$156 milhões em serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (Agência Brasil)

## Marinha suspende busca subaquática no Rio Tocantins

Os trabalhos de mergulho e uso de drones subaquáticos na busca por desaparecidos do desabamento da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, entre o município maranhense e Aguiarnópolis, no Tocantins, foram suspensos na quinta-feira (2), informou a Marinha do Brasil. A operação terá continuidade apenas com o uso de embarcações e equipamentos aéreos não tripulados.

De acordo com nota divulgada pelo Comando do 4º Distrito Naval, a interrupção ocorreu devido à necessidade de abertura das comportas da usina hidrelétrica operada pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste). A demanda foi motivada por maior incidência de chuvas na região tornando necessário o aumento do volume de vazão do reservatório. "Ao adotar esse procedimento, o Ceste pretende regularizar o volume represado", justifica o comunicado.

A vazão da hidrelétrica havia sido reduzida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) de forma a manter o armazenamento de água no reservatório em condições seguras para que as buscas pudessem ocorrer.

Na quarta-feira (1º), os trabalhos foram concentrados no resgate de uma picape modelo S-10, submersa a 42 metros de profundidade, na qual não foi identificada a presença de vítimas. Até o momento, já foram confirmadas 12 mortes e cinco pessoas desaparecidas.

Desde o início da operação, foram disponibilizados canais de comunicação com a Marinha do Brasil para informações sobre possíveis situações que possam representar qualquer risco nas vias navegáveis, tanto para vida humana quanto de poluição ambiental. As ocorrências podem ser comunicadas pelos telefones do Disque Emergências Marítimas e Fluviais (185) e da Capitania dos Portos do Maranhão, 0800-098-8432 e (98) 2107-0121.

Localizada sobre o Rio Tocantins, a Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira conectava os estados do Maranhão e Tocantins, até o dia 22 de dezembro de 2024, quando desabou no final da tarde, no momento em que di-

versos veículos transitavam. Entre eles, foram identificados caminhões-tanque carregados com ácido sulfúrico e defensivos agrícolas.

Uma sala de crise para nivelar as informações sobre as análises de qualidade da água do rio Tocantins foi instituída pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com a participação de vários órgãos ambientais. Em duas reuniões já realizadas, os órgãos confirmaram a ausência de alteração significativa na qualidade da água. Segundo informou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as empresas responsáveis pelas cargas de três caminhões que caíram no rio foram notificadas para a retirada das substâncias submersas e o monitoramento de qualidade da água é realizado diariamente devido o risco de vazamento e contaminação da água em prejuízo ao abastecimento de água.

### Investigação

As Superintendências Regionais da Polícia Federal no Maranhão e no Tocantins conduzem as investigações para apurar as responsabilidades relacionadas à queda da ponte. Uma equipe de reforço com dois engenheiros civis, dois especialistas em local de crime e um especialista em meio ambiente foi deslocada de Brasília para reforçar os trabalhos periciais no local.

No dia 31 de dezembro de 2024, o Ministério dos Transportes informou que a empresa que ficará responsável pelas obras de reconstrução da ponte já está contratada de forma emergencial, com investimento previsto de R\$171 milhões. O Consórcio Penedo-Neópolis será o responsável pelas obras, que deverão ser concluídas até dezembro de 2025.

"A nova ponte terá acostamento, passeio, ciclovia e será 7 metros mais larga que a anterior. Esse valor inclui a demolição da ponte atual, novas fundações e a melhoria dos acessos das duas cidades", concluiu o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Fabrício Galvão. (Agência Brasil)

## Brasileiros analisam caixas-pretas de avião que caiu no Cazaquistão

Profissionais do Centro de Investigação de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) da Aeronáutica do Brasil, em Brasília (DF), iniciaram, na quinta-feira (2), a análise das caixas-pretas do avião Embraer 190 (matrícula 4k-AZ65), que caiu, no último dia 25, na cidade de Aktau, no Cazaquistão. O acidente causou a morte de pelo menos 38 pessoas. Havia 67 a bordo, incluindo cinco tripulantes. A aeronave de fabricação brasileira, operada pela Azerbaijan Airlines, decolou de Baku, no Azerbaijão, e tinha como destino a cidade de Grozny, na Rússia.

As caixas-pretas trazem gravações de dados e das comuni-

cações de voz durante o voo e são consideradas fundamentais para identificar quais foram as causas do acidente. A Aeronáutica informou, em nota à imprensa, que a "extração, aquisição e validação dos dados contidos nos gravadores de voo ocorrerão no menor prazo possível". Os trabalhos são realizados no laboratório de leitura e análise de dados de gravadores de voo do Cenipa.

### Trabalho conjunto

A FAB informou que os trabalhos serão acompanhados por três investigadores do Cazaquistão, além de técnicos convidados

por aquele país, sendo três do Azerbaijão e três da Rússia. A instituição ainda acrescentou que as conclusões em publicadas no relatório final dessa investigação aeronáutica são "de exclusiva responsabilidade da Autoridade de Investigação do Cazaquistão". Por isso, o trabalho é realizado em conjunto com a entidade que investiga acidentes naquele país, que é vinculada ao ministério dos transportes.

Nesta semana, também, o Cenipa defendeu que as ações de investigação pelo órgão brasileiro são referência internacional. "O domínio de tecnologias de animação em realidade virtual em

três dimensões (3D), com visualização completa do voo, permite aos investigadores compreenderem com maior acuracidade vários parâmetros como a trajetória da aeronave, velocidade, altitude, funcionamento de sistemas e da atuação dos comandos de voo", explicou a Aeronáutica.

Segundo o que foi divulgado por agências de notícias internacionais, a aeronave, no percurso, acabou desviando da rota original até cair do lado oposto ao Mar Cáspio. Há suspeitas de que o jato foi atingido pelas defesas antiaéreas russas, que atacavam drones ucranianos. (Agência Brasil)

## Sessenta e seis bets têm funcionamento liberado

A Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda divulgou lista de 66 empresas que estão liberadas a partir da quarta-feira (1º de janeiro) a explorar o mercado nacional de apostas eletrônicas de quota fixa, as chamadas de bets.

A autorização para as empresas operarem bets no Brasil depende do pagamento de outorga de R\$ 30 milhões. Cada portaria de liberação permite o uso de até três marcas por empresa. No total, mais de R\$ 2 bilhões foram pagos pelas empresas para obterem as outorgas. O número de empresas autorizadas corresponde a 58% dos pedidos iniciais (113).

De acordo com a lista de empresas da SPA, o mercado regulado de bets terá inicialmente 139 marcas. Todas deverão operar

exclusivamente no domínio ".bet.br". As empresas detentoras das marcas terão de cumprir normas de segurança financeira e práticas de jogo responsável, e respeito à legislação contra a lavagem de dinheiro.

As portarias que concedem autorização foram publicadas na edição de 31 de dezembro do Diário Oficial da União. Catorze empresas receberam de liberações definitivas e 52 empresas tiveram autorizações provisórias pois ainda estão pendentes na apresentação de informações ou documentos como a certificação do sistema de apostas.

Segundo a SPA, empresas em atividade que não tiverem autorização oficial não poderão fazer transações financeiras e serão bloqueadas na internet. "As ins-

tituições financeiras e de pagamento passam a ser vedadas de realizar transações, que tenham por finalidade a realização de apostas de quota fixa com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização. Aquelas empresas não autorizadas, mas que continuam com domínios ativos que ofertam serviço de aposta de quota fixa são consideradas ilegais e serão bloqueadas", detalha nota da secretaria.

Divulgação da SPA também afirma que a regulamentação "possibilitará corrigir problemas estruturais do setor e mitigar riscos associados à prática de apostas, como o jogo problemático e o superendividamento." Conforma a nota, para evitar esses problemas haverá "controle rigoroso dos fluxos financeiros."

Além disso, estão proibidos a concessão de crédito pelas bets aos usuários para apostas e de bônus de entrada, e deverá haver identificação dos apostadores por CPF, com reconhecimento facial.

Em entrevista concedida à Agência Brasil após as empresas entrarem com pedidos para terem autorização para explorarem as bets, o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Anderson Dudená, o enquadramento das bets só foi possível porque, depois de cinco anos de vácuo, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o Brasil passou a ter uma lei que regulamenta o setor (Lei nº 14.790), sancionada em dezembro de 2023. (Agência Brasil)